



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1638/08	DATA: 26/11/2008
INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 16h34min	DURAÇÃO: 01h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h56min	PÁGINAS: 62	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIO SELTZ – Agente da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

O início da reunião não foi gravado.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Há palavra ininteligível.
Há palavra inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...com a finalidade de investigar as escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 74^a reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pelo Deputado Fruet foi solicitada dispensa da leitura da ata, tendo sido a mesma, então, dispensada.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-la, em votação.

Aqueles que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomada de depoimento do Sr. Márcio Seltz e José Ribamar Reis Guimarães, ambos Agentes da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN.

Convido o Sr. Márcio Seltz a comparecer à sala desta Comissão. (*Pausa.*)

Suspendo a sessão por 5 minutos, enquanto se dirige a esta Comissão o nosso convocado.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou reabrir a sessão, pedir a presença do Sr. Márcio Seltz e, num dado momento, vou solicitar que algum dos companheiros assuma a Presidência, porque terei que ler o meu voto num acordo que foi realizado na Comissão de Segurança Pública. Eu pedirei, então, a um dos companheiros que assuma aqui a Presidência, tão logo eu seja chamado para proferir o voto na Comissão de Segurança.

Então, solicito ao Sr. Márcio Seltz tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Tendo em vista o adiantado da hora, eu dispensei a presença, hoje, do Sr. José de Ribamar, para que seja remarcada em uma outra oportunidade a sua presença nesta Comissão.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.



Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.

O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpelações.

Os autores do requerimento terão prazo de 15 minutos para fazer suas interpelações, computados nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer as suas interpelações, computados nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente... Não vai firmar termo de compromisso, tendo em vista o *habeas corpus* que foi intentado por ele junto à Suprema Corte. E, segundo notícia que me foi dada informalmente, o mesmo teria sido deferido.

Então, pergunto, em primeiro lugar, ao depoente se de fato entrou com a medida no Supremo, se ele já tem o resultado dessa medida para que possamos... e se ele deseja falar sob compromisso ou não.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Boa tarde a todos. Sim, para mim posso falar com termo de compromisso, sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não tem problema algum.

Já que se dispõe a falar por termo de compromisso, na qualidade de testemunha, então para atender às formalidades legais pelo depoente foi firmado termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: ...sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

Com a palavra o Sr. Márcio Seltz.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pelo que temos de informações, o depoente foi ao Supremo para ter o direito de falar de forma reservada. Parece-me que foi negado. Eu perguntaria a V.Exa., se pudesse perguntar ao mesmo, para contribuir com a Comissão, se ele se sente mais à vontade para falar tudo o que ele sabe e que pode ser útil à Comissão se for ouvido de forma reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou perguntar ao depoente, mas, não obstante, não quer dizer que façamos a reunião reservada, até porque a gente sabe que, quando é reservada, aguça mais a curiosidade do que arrefece essa vontade. Mas, de qualquer maneira, atendendo o pedido de V.Exa., faço a pergunta se ele deseja se manifestar de forma reservada ou de forma aberta.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Preferiria que fosse de forma reservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - De forma reservada. Vou consultar os membros da Comissão se desejam transformar esta sessão em sessão reservada.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu acho que nós poderíamos fazer aquilo que... No momento que fosse sessão pública... E aquilo que ele acha que não pode responder na sessão pública, nós faremos uma sessão reservada. Mas é importante... Há alguns elementos importantes que não vão ter... Então, nesse aspecto, acho importante que nós tenhamos um tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aberto e depois, se for necessário, um tempo fechado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...aberto. Depois aquilo que ele disser: "Olha, eu prefiro responder isso na reservada", então a gente torna a sessão reservada. Agora, podemos até votar e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas agradeço a sugestão de V.Exa. que me parece estar secundada pelo próprio proponente, Deputado Domingos Dutra. O Deputado Fruet concorda e eu também estou de acordo. Então, nesse sentido, nós faremos conforme sugestão de V.Exa. de que façamos uma parte aberta e a parte que ele desejar, que achar que seja um tema mais sensível, nós faremos de forma fechada.

Então, vou passar a palavra ao Sr. Márcio Seltz, para que exponha à Comissão qual é a sua situação, qual é a sua atividade, há quanto tempo se encontra na atividade e o que ele pode falar sobre os fatos que se encontram em apuração nesta Comissão.

Com a palavra V.Sa., a quem agradeço a presença e a disponibilidade de firmar o compromisso de dizer a verdade. Com a palavra V.Sa.



O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, em primeiro lugar, boa tarde a todos. Bem, eu sou oficial de inteligência, concursado. Ingressei nos quadros da antiga Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, em agosto de 1999. Em dezembro, esse órgão foi transformado em ABIN — Agência Brasileira de Inteligência. Eu atuei, inicialmente, durante 3 anos e 4 meses, na Superintendência Estadual... na antiga Agência Regional de Mato Grosso do Sul, com questões ambientais e indígenas. E, em 2003, eu retornoi a Brasília, que é a minha cidade natal. Em 2004, eu ingressei na área de análise do terrorismo internacional, que é onde eu permaneço trabalhando até hoje. Então, esse é o meu breve histórico na Agência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço a V.Sa. a sua manifestação.

Vamos passar às inquirições.

Gostaria de saber de V.Sa. se V.Sa. foi cedido formalmente, ou seja, mediante autorização publicada em *Diário Oficial*, para exercer cargo em comissão junto à Polícia Federal.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Cargo em comissão junto à Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É. Se V.Sa. foi... Existe... A forma legal de se fazer cessão de servidor é através de ato próprio de uma agência para outra área da administração pública. Isso se faz mediante solicitação de um órgão. Posteriormente há a concordância do outro órgão e a publicação disso em *Diário Oficial*. E, normalmente, determinados tipos de servidor precisam ter cargos em comissão para poder haver a cessão. Então é nesse sentido que eu faço a pergunta a V.Sa.

V.Sa. foi cedido ao Departamento de Polícia Federal dentro das normas reguladoras da administração pública ou foi dentro de um processo de informalidade?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, foi dentro de um processo de informalidade. Não foi... Não seguiu esses trâmites que o senhor relatou aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então V.Sa. foi colocado á disposição da Polícia Federal através de um sistema informal...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...e não dentro de um sistema formal.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Para atuar em que área?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, em meados de março deste ano, o Dr. Campana, à época Diretor Geral-Adjunto da ABIN, mandou me chamar em seu gabinete e disse-me que procurasse... que o delegado Protógenes Queiroz, de quem eu até então nunca tinha ouvido falar, que ele estava desenvolvendo um trabalho na Polícia Federal e que eu deveria ir até lá e procurá-lo e me pôr à disposição para o que ele precisasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, V.Sa. foi instado à sala do Diretor-Adjunto...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...para que o senhor se apresentasse a um delegado de Polícia Federal, na Polícia Federal, que o senhor não conhecia.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E como é que foi feito esse contato? O senhor levou um ofício, o senhor simplesmente foi lá, houve um telefonema do diretor para ele? Como é que se deu isso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, eu simplesmente fui lá, seguindo as orientações, as instruções que me foram dadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o Dr. Protógenes Queiroz já aguardava o senhor lá?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Já sabia que o senhor estava indo? Ele foi comunicado? Ou ele também ficou surpreso de o senhor chegar lá para se apresentar a ele?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu não sabia... Eu não sei se ele estava aguardando a minha pessoa, mas ele estava aguardando alguém. Então foi só me identificar, no caso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E como é que ele confirmou que o senhor era a pessoa que foi indicada e não uma pessoa infiltrada para apurar o trabalho que ele estava fazendo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Se ele confirmou, se ele checou dados? Não, eu não acho. Não na minha frente, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor então se apresentou lá em que data?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso foi meados de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Meados de março deste ano de 2008?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Deste ano. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em 2008. E em que consistia o trabalho de V.Sa. junto ao delegado Protógenes?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bem, quando eu me apresentei a ele e disse que lá estava por determinação do Dr. Campana, a primeira.... após uma breve ambientação no que seria o trabalho, porque àquela altura eu não tinha nenhuma noção do que seria o trabalho em si, a minha primeira atribuição foi a seguinte: um dos... um escrivão que trabalhava lá com o Dr. Protógenes Queiroz, ele, por determinação do Dr. Protógenes, ele me repassou, via eletrônica, um rol de *e-mails*, creio eu interceptados no âmbito da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor crê ou tem certeza?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu creio. Porque eu não vi os procedimentos, não vi nada. Só recebi essa carga de *e-mails*. Então, eu creio. E qual era a minha atribuição? Bom, era uma atribuição, assim, em princípio, bastante simples. No que é que ela consistia? Era um rol bastante extenso de *e-mails*, era um rol diário, vamos dizer assim, centenas de *e-mails*. E a função ali era a seguinte: era identificar o que fosse de conteúdo pessoal, o que deveria ser descartado, separando daquilo que fosse de conteúdo de interesse para o trabalho. Aquilo que contivesse algum assunto de trabalho, algum assunto profissional, esses deveriam ser mantidos na pasta eletrônica para posterior análise de pertinência, para, creio eu, para a investigação, pelo Dr. Queiroz ou por alguém que ele indicasse. Então, era um



trabalho de triagem de *e-mails*. Eu separava o que não prestava. É o que nós costumávamos dizer de separar o ouro do cascalho. O que poderia ser ouro era deixado numa pasta para posterior análise. E o que se sabia que não interessaria era descartado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí eu lhe pergunto: como é que o senhor sabia o que era ouro e o que era cascalho? Ou seja: foi-lhe informado qual era o objeto da operação, o que é que o senhor devia procurar naqueles *e-mails*? Houve um *briefing*? Quem fez esse *briefing* ao senhor e quantas pessoas colaboravam com o senhor nessa ação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não houve um *briefing* formal. O critério, como eu lhe falei, que me foi orientado, era que eu deveria observar o que fosse de conteúdo pessoal e deletar, e deixar à disposição, vamos dizer assim, para uma análise futura, apenas aquilo que tivesse algum conteúdo de trabalho. Então o critério era bastante simples. E é relativamente fácil, até com uma certa rapidez, identificar *e-mails* de conteúdo pessoal. Então, o critério era esse: identificava o que fosse de conteúdo pessoal. Isso era deletado. Tudo aquilo que fosse de trabalho, que pudesse ter alguma relevância para a investigação em si... Porque eu não sabia qual era a dimensão da investigação. As coisas foram acontecendo aos poucos. Então, o que pudesse ser relevante era deixando para posterior análise. Então, o critério era, basicamente, esse: separar o que fosse pessoal. Inclusive, em 2, 3 dias de trabalho já era possível muitas vezes saber pelo próprio assunto do *e-mail* o que era... o que poderia ser interessante, o que deveria ser descartado. Isso conferia agilidade ao trabalho, e não havia necessidade de se abrir, muitas vezes, o *e-mail*. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor se deslocou de Brasília para outros lugares nesse trabalho?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não. Trabalhei apenas em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Apenas em Brasília. E o senhor dava conhecimento dos seus trabalhos a alguém na ABIN?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor reportava seu trabalho a alguém na ABIN? Ou isto não é mais procedimento na ABIN?



O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. O meu trabalho, na realidade... porque eu fiquei fazendo esse trabalho com os *e-mails*, aproximadamente, por uns... entre 15 a 20 dias, entre meados de março... final de março e início de abril. Após esse período, eu fui retirado dessa função pelo delegado Protógenes e recebi uma outra atribuição. Ele me repassou um, vamos dizer assim, um catatau...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Um *pen drive*?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não, um catatau de notícias publicadas na imprensa sobre o grupo que estava sendo investigado, sobre Brasil Telecom, principalmente com um foco muito grande naquela questão de Brasil Telecom, aquela disputa societária em torno do controle da Brasil Telecom, com notícias de 2001 até 2008. E eu deveria fazer uma análise desse material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa sua análise dizia respeito ao interesse da investigação em verificar se havia algum vínculo dos investigados com jornalistas, no sentido de dar a notícia a quem interessava àquele grupo que fosse divulgado? Era nesse sentido que o senhor fazia essa análise do material jornalístico?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Na época, a instrução que eu recebi era de analisar as notícias — e era um espectro amplo de notícias —, no sentido de identificar aquelas que fossem favoráveis daquelas que fossem neutras e das que fossem contrárias. O objetivo, basicamente, era esse. Era como se fosse uma espécie de uma interpretação de texto. Trabalho bastante simples até, mais simples do que aquele que me é exigido normalmente na ABIN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, qualquer policial federal poderia fazer esse trabalho. Não precisaria ser um analista com curso especial que V.Sa. tem na Agência.

O SR. MÁRCIO SELTZ - A rigor, qualquer estudante universitário poderia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Podia ter feito. Quer dizer, não precisaria de ter todas as qualificações e todo o preparo que o senhor tem para fazer esse tipo de trabalho.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, eu não me considero tão qualificado assim, mas eu tenho...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não tem curso de formação na ABIN?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, tenho, tenho, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Me parece que é um curso de boa qualidade.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho o concurso um concurso difícil.

O SR. MÁRCIO SELTZ - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Como é o da Polícia Federal e o curso de formação da Polícia Federal, que também é um bom curso.

O SR. MÁRCIO SELTZ - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não é verdade?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É. Eu diria que um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor foi subaproveitado nesse trabalho, eu diria?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Aí seria me colocar num patamar que eu não sei se eu tenho. Por uma questão de humildade eu vou dizer que eu não sei, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor concorda comigo, pelo que o senhor disse, que qualquer uma outra pessoa com o mínimo de formação poderia fazer esse trabalho.

O SR. MÁRCIO SELTZ - É. Isso. O trabalho não exigia grande esforço intelectual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor não achou estranho o senhor ter sido designado pela Agência Brasileira de Inteligência, na pessoa do Sr. Diretor-Adjunto, para fazer um trabalho que não era nem da sua atribuição nem da sua competência? Por exemplo, o senhor me disse que é um homem do contraterrorismo.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não é isso? E me parece que é uma área onde existe uma integração com o Departamento de Polícia Federal, que exige, em função de agentes estrangeiros, uma *expertise* muito maior.



O senhor não achou que é estranho tirar o senhor dessa área para botar o senhor numa área que não era nem da atribuição nem da competência da Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, aí, para responder a essa pergunta, é preciso entender um pouco como é a cultura organizacional da ABIN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É importante.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Nós não temos uma cultura — e isso até, talvez, seja um problema, e esse episódio todo talvez seja um ensinamento para nós —, não temos uma cultura muito de questionar as coisas. A satisfação do servidor da ABIN está, muitas vezes, em servir as suas chefias de forma bastante satisfatória, sem questionar muito. Por isso que eu digo que temos que apreender com isso, temos que aprender a questionar mais. Mas a nossa cultura é uma cultura, talvez, não sei se oriunda do velho SNI e que vem passando de geração para geração. Mas parte-se da premissa de que missão dada é missão cumprida. Então, muitas vezes, a gente acha estranho e tudo, mas isso não impede que a gente desempenhe a missão da melhor maneira possível. A gente recebe outras atribuições não relativas ao nosso trabalho, como, por exemplo, ciceronear delegações estrangeiras que nos visitam, coisa do tipo, que não são da nossa atribuição. Mas as pessoas costumam fazer com satisfação e não questionam a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou lhe perguntar aqui, talvez num exercício que podemos fazer juntos. Talvez o interesse do Governo se deveu ao fato de estar no momento de fusão de duas empresas de telefonia, em que o Governo, ao que parece, tinha interesse que uma determinada situação fosse atingida, daí o deslocamento da ABIN. O senhor acha que pode ser, em função da documentação que o senhor teve acesso, o senhor acha que pode ter alguma coisa a ver com isso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, essa questão da fusão da Oi com a Brasil Telecom estava presente em algumas matérias jornalísticas que eu analisei. Mas, em momento algum, me foi dito que isso seria... que essa atribuição de darmos esse apoio à Polícia Federal tivesse como foco ou como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou pedir licença a V.Sa. um minutinho.



Deputado Domingos Dutra, por favor, assuma que eu tenho que ler um relatório na Comissão de Segurança Pública e já retorno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Pode continuar.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, deixa eu ver onde eu parei. A questão fusão Oi/Brasil Telecom, conforme o Presidente me perguntou, ela estava presente em algumas reportagens que eu analisei, mas ela não estava presente no âmbito da... no âmago, vamos dizer assim, da investigação, ou ninguém, em momento algum, me falou: "*Olha, você está aqui em razão desse processo maior que está ocorrendo*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - O Presidente se afastou e enquanto ele vem eu vou fazer algumas perguntas. O senhor foi... O senhor...

Enquanto o Presidente retorna eu vou passar a palavra para o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Sr. Presidente, mas fica a seu critério.

Boa tarde, Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu vou na linha do Presidente Marcelo Itagiba. Algumas perguntas são de ordem estrutural, mas aqui aproveitando o seu trabalho na ABIN e todas as referências positivas sobre a sua atividade profissional na área de inteligência e como analista.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Obrigado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então, é no sentido de tentar esclarecer alguns fatos, mas também entender o papel da ABIN.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Perfeito.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Vou voltar à primeira pergunta feita pelo Presidente Marcelo Itagiba, mas vou lembrar aqui o que disse o Dr. Daniel Lorenz, Diretor de Inteligência da Polícia Federal.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Pois não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ele diz:

"O que de fato ocorreu foi que eu, numa manhã, indo até a sala de vários policiais, em torno de 25 policiais



que passaram por lá, onde era conduzida a Operação Satiagraha, ao cumprimentar os funcionários pela manhã, encontrei um colega da ABIN, um analista, um brilhante analista, o Márcio Seltz, com o qual eu já tinha viajado para o exterior, se não me falha a memória, à Colômbia, num seminário internacional sobre terrorismo. E me espantei com aquela situação do Márcio Seltz dentro de uma instalação da polícia e chamei o Queiroz imediatamente. O Dr. Queiroz me falou que o Márcio estaria fazendo apenas uma análise na mídia, o que a mídia falava sobre o Grupo Opportunity e o investigado Daniel Dantas. E prontamente, de maneira muito clara, disse a ele que não ia permitir aquele tipo de comportamento. Qualquer apoio, qualquer eventual apoio, qualquer ajuda que a ABIN porventura viesse a dar teria que ser dentro dos canais normais, no nosso Sistema Brasileiro de Inteligência, que é feito através de documentos formais".

Como o senhor bem sabe, não existe essa informalidade dentro da área de inteligência.

"imediatamente, pedi ao Dr. Queiroz que, de uma maneira respeitosa, que não haveria de ser diferente, até pela pessoa do Márcio Seltz, pedisse ao Márcio Seltz que não mais viesse ao departamento para cumprir a sua missão. Inclusive ressaltei ao Dr. Queiroz que esse compartilhamento de informações não era adequado, porque o inquérito corria sob segredo de justiça. Ele ainda tentou me alegar dizendo: 'Não, mas ele não faz nenhum compartilhamento de informações. Ele apenas faz a análise da mídia e me passa algumas informações'. Disse: 'Mais uma razão para ele não estar dentro desse ambiente onde se trata a operação. Ele pode fazer isso de



uma maneira muito profissional dentro dos canais, do SISBIN, lá dentro da sala dele, se eventualmente assim ele achar oportuno em ajudar'. Foi exatamente assim que aconteceu".

Vou fazer as perguntas e, por favor, nenhum caráter provocativo, sempre com a preocupação de que todo o questionamento que é feito da operação, por vezes, parece defesa ou crítica a Daniel Dantas.

Queremos que esta investigação aprofunde e siga seu rumo. Mas insisto: essa operação sua foi informal, como o senhor disse há pouco em resposta ao Deputado Marcelo Itagiba. Pela sua formação, V.Sa. não sabia que estava agindo contra o procedimento legal dessa operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Veja, para mim ela foi formal...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Formal.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Para mim, para minha pessoa. Sabe por quê? Porque eu a recebi direta do diretor-geral adjunto da ABIN, que não é qualquer pessoa, é a segunda pessoa na estrutura da Agência. Então, se ele me tira da minha sala de trabalho, onde eu estava lá quietinho trabalhando, e me chama em seu gabinete — o que, para nós, já é uma honra, porque existem vários níveis de chefia entre um analista e um diretor-geral adjunto — e me incumbe dessa missão... O senhor bem sabe que na administração pública nem todas as ordens precisam ser escritas. Se o chefe tivesse que dar todas as ordens por escrito aos seus subordinados, a administração pública engessaria. Então, para mim, foi formal. Eu recebi uma ordem e fui cumprir a ordem, inclusive me identificando na portaria, com minha identidade normal, tranquilo. Então...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E a partir desse contato que houve com o Dr. Daniel Lorenz qual foi sua postura? Foi nesse momento que o senhor continuou prestando essa análise na ABIN?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Aí é preciso entender os 2 momentos da questão. Eu estava fazendo esse trabalho com análise de *e-mails* antes do encontro com o Delegado Lorenz. Após esse encontro, eu fui tirado dessa função e fui levado a essa outra da análise de mídia. Entendeu? Esse foi, vamos dizer assim, um momento de ruptura entre duas fases do trabalho. Após esse encontro com o



Delegado Lorenz, eu não mais trabalhei na sede da Polícia Federal, porque eu ia trabalhar, a partir de então, preponderantemente, com material de fontes abertas.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Nesse período, o senhor trabalhou exclusivamente na sede da Polícia Federal? Que horários?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Esses 15 a 20 primeiros dias, entre meados de março e iniciozinho de abril.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor recebeu alguma remuneração para trabalhar nessa operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Essas colaborações entre a Polícia Federal e a ABIN são usuais? Dessa maneira?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Dessa maneira nunca tinha visto. Elas são usuais nos canais formais. Inclusive isso foi uma coisa que não me levantou muita... não me incomodou muito quando recebi a atribuição, porque ela não era algo atípico. A colaboração entre a ABIN e a Polícia Federal é uma colaboração quase cotidiana, ela continua a ocorrer. Mesmo depois de todo esse problema da Operação Satiagraha, ela continua ocorrendo, porque são 2 órgãos que têm muitas atividades afins. E na nossa área de terrorismo mais ainda, inclusive é uma colaboração muito fluida. Por isso não me levantou nenhuma estranheza, não me causou nenhuma estranheza quando eu recebi essa incumbência de trabalhar junto da Polícia Federal, porque, para nós, isso é algo que não foge à regra, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Também na mesma linha, insistir na pergunta: V.Sa. prestou alguma informação ao Dr. Paulo Lacerda sobre o seu trabalho nessa operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, aí é o seguinte: para responder esta questão tenho que contextualizar. Quando eu estava trabalhando com a parte dos *e-mails*, nessa triagem de *e-mail*, não. Trabalhei em tempo integral com o Delegado Queiroz. A partir do momento em que passei a fazer o trabalho de análise de fontes abertas, num determinado momento, mais na parte final do trabalho, o Dr. Campana mandou me chamar e me disse que o Dr. Paulo queria falar comigo. Até então, nunca tinha estado com ele pessoalmente. Bom, nesse encontro, ele já sabia exatamente o que eu estava fazendo, qual era o meu trabalho. Então, encontrei-me com ele e ele



expressou a preocupação para que eu fosse bastante meticuloso no trabalho, para que eu fizesse um texto bem construído, coerente, que as conclusões fossem decorrentes dos raciocínios e coisa do tipo. Ele tinha uma preocupação, então, que esse trabalho de fontes abertas fosse um trabalho bem-feito. A preocupação dele era essa. Então, o contato que houve foi esse. Inclusive algumas notícias que estão publicadas, que se fazia relatórios de *e-mails*, isso não procede, isso não é verdade. Pelo menos no tempo que fiquei lá, por tudo o que eu visse, nunca ocorreu. Não se faziam relatórios de *e-mails*. O relatório, pelo menos o que eu fiz, foi esse de análise de notícias.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E esse relatório, essas informações foram entregues a quem? Ao Dr. Campana?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Como?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Esses relatórios de mídia, essa análise?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não, era o Delegado Queiroz.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Direto para o Delegado Queiroz?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim, ele era o cliente do produto.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Em algum momento, seja o Dr. Paulo seja o Dr. Campana, lhe informaram a quem eram repassadas essas informações ou lhe solicitavam essa informação sobre o andamento dos trabalhos, ou não?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, sobre o andamento dos trabalhos, não. Em relação ao Dr. Paulo Lacerda, o contato que eu tive com ele, no tocante aos trabalhos que foram feitos, foi esse que relatei, a preocupação que ele tinha com o texto que estava sendo construído. Não havia, isso é importante que se diga, pelo menos eu não fiz, informes sobre o andamento da operação ou coisa do tipo nem para o Dr. Campana nem para o Dr. Paulo Lacerda.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Muito bem. O senhor conhece Francisco Ambrósio?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Conheço.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ele já trabalhou com o senhor, especificamente nessa operação, ou não?



O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu não conheci o Ambrósio na atividade, porque ele se aposentou antes de eu ingressar. Mas eu o conheci lá na sala, no quinto andar, na Diretoria de Inteligência Policial, ele estava trabalhando lá. Foi lá que eu o conheci.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Qual era o trabalho que ele desenvolvia?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu não sei exatamente qual era o trabalho que ele desenvolvia. Aí o senhor pode perguntar: mas vocês trabalhavam na mesma sala e um não sabia o que o outro fazia? É, porque o que acontecia era o seguinte: o ambiente onde nós trabalhávamos não era necessariamente um ambiente de debate. Quando eu lá cheguei, o Ambrósio já estava, ele já tinha uma rotina de trabalho estabelecida, o computador dele ficava um pouco deslocado dos demais e ele se sentava na frente do computador e começava a trabalhar. E eu ficava um pouco afastado dele. E eu nunca tive a liberdade de chegar e falar: e aí, Ambrósio, o que você está fazendo aí? Inclusive até evitava esse tipo de comportamento porque não era condizente com o ambiente. À época, eu tinha a impressão de que ele fazia a mesma coisa que a gente com os *e-mails*. Eu tinha essa sensação, mas eu nunca tive a liberdade, e ele também nunca deu liberdade, embora seja uma boa pessoa, mas ele é reservado, ele nunca deu liberdade de dizer: olha, estou fazendo isso, olha que interessante ou coisa do tipo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É possível, então, que mais de 1 analista estivesse verificando a mesma base de informações, ou seja, os *e-mails* que estavam...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim, sim, porque éramos 4 que estávamos lá. Os outros 3 estavam lá também fazendo esse trabalho.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Foi analisada alguma escuta, algum material decorrente de escuta telefônica?

O SR. MÁRCIO SELTZ - No âmbito dessa...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Desse trabalho, ou não?

O SR. MÁRCIO SELTZ - O que acontece é o seguinte: no período em que eu lá estava só trabalhou-se com *e-mails*. Depois, posteriormente, quando eu estava fazendo trabalho de fontes abertas, o Delegado Protógenes me repassou alguns



arquivos de áudio, de diálogos interceptados no âmbito da investigação, que eram áudios nos quais os investigados faziam alguma referência à imprensa de modo geral. Por quê? Porque ele me passou um material de notícias publicadas e me passou esses áudios para que eu analisasse e visse se havia alguma pertinência entre o que estava sendo publicado e o que se estava dizendo. No meu caso, foi uma questão pontual. Quando havia alguma referência à imprensa, o delegado queria que eu comparasse o que estava sendo publicado com o que estava sendo dito a respeito da imprensa, para ver se havia alguma relação.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Pois é. Mas era um material sob sigilo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sob sigilo?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sim.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A ABIN realiza escuta, ou não?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Como?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A ABIN realiza escuta telefônica?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu desconheço. Em 9 anos que lá trabalho nunca vi e nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ontem, o Sr. Nery Kluwe se apresentou e foi convocado na condição de Presidente da Associação. Ele foi muito crítico ao trabalho do Dr. Campana. Ele chegou a destacar que, em determinados momentos, o Dr. Paulo Lacerda pode ter sido induzido a erro, ou a equipe, seus subordinados podem ter omitido informações a ele. É possível que tenha ocorrido isso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Olha, esse nível de informação eu não tenho muita segurança para lhe dizer, porque eu estava ali numa condição de mão-de-obra cedida, vamos dizer assim. Então, eu não sei como eram as relações na cúpula, se de fato o Dr. Paulo Lacerda tinha acesso a tudo ou se não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Na sua avaliação como analista, e aqui de forma alguma quero estabelecer essa contradição ou intriga até...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, aí eu diria...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - ... à equipe...



O SR. MÁRCIO SELTZ - Pois não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Havia unidade nessa equipe do Dr. Paulo Lacerda?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim, havia, havia.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não há...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, pela cultura organizacional — aí já estou falando, o senhor pediu a minha avaliação, não um conhecimento de causa, mas uma avaliação —, pela cultura organizacional da ABIN, não se costuma fazer nada sem se dar ciência às chefias. Não sei se esse foi o caso, mas a regra na instituição é essa.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ainda na linha dessa operação, comparando a outras operações da Agência, apresentou-se um valor, oscila, mas já se falou em 380 mil, e ontem o Presidente da ASBIN chegou a falar em 800 mil. Isso está dentro dos padrões de gastos das operações da Agência?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu desconheço essa informação, porque eu sempre fui de análise. Eu nunca trabalhei em operações. Então, não tenho como lhe responder essa pergunta.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor também tinha controle, como analista, do material utilizado pelos agentes da operação, especificamente sobre as técnicas empregadas e os aparelhos utilizados. Isso é objeto também na análise?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não. Eu trabalho com papel, eu trabalho numa sala, com papel, redigindo informes para a Presidência da República. Então, não é, vamos dizer assim, do meu dia-a-dia a utilização de nenhum equipamento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não, não, mas eu me refiro à origem das informações que lhe chegam.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, tudo me foi entregue... As informações que me chegaram foram entregues por alguém da Polícia Federal. Eu não recebi nenhuma informação da ABIN. E como chegavam para mim? Os *e-mails* chegavam *on-line*, no computador. Depois, o material que eu analisei de fontes abertas me chegava em papel. E as interceptações, os áudios, me chegavam em *pen drive*. Então, não tinha equipamentos envolvidos.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor tem informação se agentes ou policiais tiveram acesso ao Guardião, da Polícia Federal?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu tive pela imprensa. Eu, particularmente, não tive.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Voltando a uma colocação sua, o senhor disse que prepara os relatórios para a Presidência da República.

O SR. MÁRCIO SELTZ - É. Para a GSI. Exatamente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - GSI.

Então, era uma operação também, na sua avaliação, do conhecimento do GSI.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Olha, não sei dizer, mas eu acredito que não. Eu acredito que não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E não seria um procedimento usar uma estrutura com fim determinado ser do conhecimento do Gabinete de Segurança Institucional?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim, via de regra, sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Uma outra questão que está sendo questionada diz respeito a uma gravação, até agora não apareceu o áudio, mas uma gravação envolvendo o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Apesar de não ter sido objeto do seu trabalho nessa operação, o senhor teve algum conhecimento sobre essa interceptação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. O conhecimento que eu tive foi quando foi publicado na imprensa. Nesse caso, o conhecimento que eu tive foi como qualquer cidadão.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É possível que agentes da Agência desenvolvam operações monitorando autoridades sem que o diretor-geral ou alguém da cúpula tenha conhecimento?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu acho muito difícil. Não vou dizer que é impossível, porque não sou onisciente, mas eu acho muito difícil. Acho difícil por quê? Porque o pessoal da Agência — isso aqui cabe até fazer uma defesa — é um pessoal muito disciplinado, é um pessoal que sabe, vamos dizer assim, seus limites. Então, acho que, mesmo por ordem da cúpula, seria difícil; sem a ordem da cúpula só se for algum indivíduo maluco, porque, via de regra, isso não ocorre. Pelo menos



assim: eu não sou da área operacional, mas se isso ocorresse, provavelmente alguma coisa eu já teria ouvido, alguma coisa assim. Nunca ouvi nada nesse sentido.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas, apesar disso, é possível especular que os superiores do GSI não soubessem dessa operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Especular, sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Uma outra questão: na sua avaliação, na condição de analista ou pela sua experiência aí, após a crise, o Ministro da Justiça determinou abertura de inquérito policial e nessa operação — que está sendo objeto, inclusive, de um acompanhamento do Ministério Público — houve busca e apreensão em residências ou até na sede da ABIN.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Na sua avaliação, há possibilidade de a Polícia Federal ter acesso a dados sigilosos ou a dados que não têm, absolutamente, relação alguma com a Operação Satiagraha?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim. Eu acredito que seja possível, porque há dados que ficam armazenados no HD do computador, que não é, vamos dizer assim, o recomendável. O recomendável é que fique tudo em rede. Mas eu não sei quais foram os computadores que foram apreendidos. Parece-me que é no Rio de Janeiro, não é?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Até agora, oficialmente, nós não temos a exata extensão da operação.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Aí, eu estou me baseando também em dados da imprensa, que teria ocorrido no Rio de Janeiro. Então, que é possível que haja dados sensíveis, sim, é possível, porque a pessoa nunca imagina que um computador que está guardado num órgão de inteligência vá ser objeto de busca e apreensão. Aliás, é uma outra lição, talvez, que tenhamos que extrair desse episódio. Se realmente houver dados sensíveis nesses computados, de agora para frente, esses dados têm de ser — deve ser feito um *backup* —, devem ser guardados em locais sensíveis.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Voltando à questão anterior, considerando a disciplina da ABIN, vou perguntar de outra maneira: tendo em vista



essa disciplina, da mesma forma que essa operação tem um aspecto de informalidade, é possível que algum agente da ABIN, em atendimento à ordem superior, realize uma escuta?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu diria que ex-agentes talvez seja mais provável do que agentes da ativa. E vou dizer por quê. Todo mundo sabe, hoje, das implicações legais de se fazer uma interceptação ilegal. Então, é um risco muito grande. Eu, particularmente, não conheço ninguém na Agência que estaria disposto a correr esse risco.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E ex-agentes estariam agindo a serviço da Agência, ou não?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Olha, sempre que surge alguma notícia, alguma informação desse tipo, não nesse caso particular, mas ao longo dos anos, sempre se menciona ex-agentes do antigo SNI, que muitos até têm escritório de investigação. A pessoa se aposenta, monta um escritório de detetive particular ou de investigação, algo assim, e...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Compreensível. Entendo essa linha. Mas a pergunta é objetiva: eles estariam trabalhando a serviço da Agência ou prestando informações para a Agência?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Acredito que não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Pelo seu conhecimento, a Agência tem equipamentos para escuta telefônica?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu desconheço. Mas acredito que não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - No primeiro depoimento à CPI, o Dr. Paulo Lacerda afirmou, reiterou também que a ABIN não tem autoridade legal para realizar interceptações telefônicas. Mas, pelo menos, em 2 momentos, na CPI, informou que advertiu os agentes que se efetuassem escutas estariam por sua conta e risco e que não teriam nenhum apoio da administração. Nesse mesmo depoimento, o diretor da ABIN reconheceu a possibilidade de desvios na condução das interceptações, afirmando que muitas vezes pode ser até que a autoridade não saiba exatamente quem é que está realizando aquele trabalho de monitoramento. Por que essa advertência? Há um risco de que não se tenha um controle sobre toda a operação?



O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu acho que ele deve ter feito essa advertência porque ele chegou à ABIN, ele não conhecia o pessoal. Então, acredito que decorra daí. Por ele não conhecer o pessoal, por ele não conhecer a história da Agência, talvez até por uma questão de se precaver, algo do tipo: “*Olha, não sei o que vocês estão fazendo, mas eu não quero que façam isso. Se alguém fizer será responsabilizado*”. Então, eu acho que, talvez, isso decorra de um desconhecimento de como funciona, do caráter das pessoas...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Olhando de outra maneira, na sua avaliação, houve uma reação da Agência com relação à indicação dele como diretor-geral? Isso pode ser um fator de desestabilização do trabalho dele?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Olha, na ABIN há vários grupos: tem o grupo nível médio; tem o grupo nível superior; tem o grupo da área-méio; tem o grupo da área-fim. Então, atingir uma unanimidade completa ali é muito difícil. No caso do Dr. Paulo Lacerda, eu não acredito que tenha havido uma grande rejeição ao nome dele, não. Principalmente depois que ele instituiu o plano de carreira da instituição, o pessoal ficou bem insatisfeito com ele — alguns, os que foram contemplados.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Uma boa parte foi contemplada, ou não?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu acho que a maior parte não foi, porque, por questões legais, ele só pôde contemplar pessoal da área-fim, o pessoal da área-méio tinha...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - São 3 perguntas, Presidente.

Nessa análise do material, uma das linhas ditas já no seu depoimento foi a questão da Brasil Telecom/Oi, particularmente com relação à circulação das notícias na imprensa. Houve alguma análise sobre material referente a financiamento de campanha?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Houve alguma análise com relação a envio de recursos do exterior para o Brasil?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Nesse material de imprensa?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não, no material que lhe foi entregue para análise.



O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Não que eu me recorde. Na questão dos e-mails não se fazia análise. Era só a triagem. Então, era muito rápido, não dava para ...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Houve alguma análise, ou lhe pedindo alguma avaliação da relação do ex-Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh com o Dr. Gilberto Carvalho?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Isso eu soube pela imprensa.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Por fim, também em depoimento aqui, o Dr. Otávio Carlos Cunha da Silva, diretor do CEPESC — vou deixar de reproduzir este material todo —, tendo em vista o depoimento dele, dos delegados da Polícia Federal e de auditoria do Tribunal de Contas da União, particularmente na utilização de cartões corporativos e na compra de equipamentos, apontam a facilidade de montagem de equipamentos para escutas, inclusive as maletas, e apontam que a ABIN adquiriu uma série de equipamentos, que, quando utilizados de forma conjunta, em tese, podem realizar algum tipo de escuta.

Insisto nesta pergunta: há essa cultura dentro da Agência, ou de setores da Agência para que possam trabalhar também utilizando equipamentos de escuta?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Na parte da análise que eu trabalho, esse assunto interceptações telefônicas nem é mencionado, porque são 2 universos à parte: universo operacional e universo de análise. Eu não acredito nessa possibilidade, mas é uma opinião. O que eu posso afirmar, com toda a certeza, é que na parte da análise isso não ocorre. Na parte das operações, eu digo também que não ocorre, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Na sua avaliação, até por atuar nessa área de combate ao terrorismo, tema sensível que fez modificar a legislação com todas as críticas de afrontas às liberdades individuais, é possível fazer análise, fazer inteligência só tendo acesso a fontes abertas, ou é necessário a utilização de instrumentos, inclusive invasivos, particularmente na questão da escuta?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, na parte contratariorismo, que é a que eu tenho mais familiaridade, de fato o acesso a dados de interceptação de e-mails e de telefônica ajudaria. Não que a não-utilização inviabilize o trabalho. O trabalho é feito normalmente. Existem outras formas de se obter as informações. Estou falando mais



na parte que eu conheço mais que a do contratorrismo. Mas, na verdade, não resta dúvida de que a interceptação ela é um recurso que é utilizado em 99% dos serviços de inteligência pelo mundo. As legislações prevêm isso, há todo o controle, inclusive do Parlamento sobre essas questões, e de fato é um instrumento clássico, vamos dizer assim, da inteligência como um todo. Agora, respondendo a vossa pergunta de forma bastante objetiva, se é possível fazê-lo sem o uso desse instrumento, é possível sim. Talvez não com a mesma profundidade.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado Sr. Márcio, obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mais algum Deputado escrito? (*Pausa.*)

Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Márcio, o senhor fez concurso para o serviço de informação antes de exercer... Antes desse concurso, o senhor exerceu que atividades?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu era professor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Professor.

Sempre trabalhou na área de terrorismo ou trabalhou em outras áreas?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Inicialmente, quando ingressei na Agência, eu trabalhei no Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Lá, eu trabalhei com questões ambientais e questões indígenas. E em 2003 retornei para Brasília e aí, de 2004 para cá, sempre tenho trabalhado nessa área.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas trabalhou na área de inteligência ou da contra-informação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Olha só: aí é uma coisa interessante, porque a área de análise do terrorismo, quando ingressei em 2004, ela era da contra-inteligência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Contra-inteligência.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Depois houve uma reformulação, ela foi para a área de inteligência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Inteligência.



O SR. MÁRCIO SELTZ - Depois houve outra reformulação, ela virou um departamento próprio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Então, hoje, ela não é contra nem inteligência. É um departamento próprio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Trabalha sempre.

O senhor, claro, conhece o Presidente da Associação dos Servidores da ABIN.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esteve aqui e negou que fosse o autor do grampo ao Ministro Gilmar Mendes. Já, em outro momento, uma outra informação era de que teria sido o Ambrósio o autor do vazamento das informações.

Eu pergunto: alguma vez no trabalho que o senhor fez em todo o setor de informação, o senhor viu alguma das informações que o senhor elaborou serem vazadas?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não me recordo. Acho que não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pela matéria que a imprensa fala aqui, diz que teria dentro da investigação um caso de espionagem internacional. Teria essa situação de espionagem internacional na apuração desses fatos?

O SR. MÁRCIO SELTZ - O senhor se refere à Satiagraha?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Entre as notícias de imprensa que eu tive acesso, que eu li, enfim, falava-se do caso Kroll.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, da Kroll.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Mas isso era coisa que estava na imprensa. Não vi isso no âmbito da investigação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, muito bem.

Trabalhou com o senhor também o agente Lúcio Fábio Godoy?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele desistiu no momento? Pediu para...



O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu não sei exatamente o que aconteceu com ele, porque é o seguinte: eu fui o primeiro a chegar lá, na Polícia Federal, e fui o primeiro a sair.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Por quê? Porque eu fui fazer o trabalho com as fontes abertas. O Lúcio permaneceu lá. Quando eu saí de lá, eu me desvinculei do grupo. Então, eu não sei o que se passou depois. E eu não tive contato ainda com o Lúcio para saber se ele desistiu, o que houve.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor disse que o Dr. Campana chega e diz: "*Olha, procura o Protógenes Queiroz. Ele tem uma missão para você*".

O SR. MÁRCIO SELTZ - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí, você se apresentou ao delegado, e nem conhecia o Delegado Protógenes.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto: essa foi a única vez que você teve de cumprir uma ordem sem saber o que ia fazer?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim, porque normalmente, mesmo quando não se tem os detalhes de uma ordem que se vai cumprir, ela é dentro da área de atribuição da pessoa. Então, fica fácil deduzir uma série de coisas. Se V.Exa. se refere ao fato de que foi totalmente no escuro...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. É.

O SR. MÁRCIO SELTZ - "Vai lá", e você não sabe nada. Sim, essa foi a primeira vez.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi, não é?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso.

O Francisco Ambrósio trabalhava na mesma sala que o senhor?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim, na mesma sala.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E ele disse aqui que ele era responsável pela triagem dos *e-mails*. Aí, o senhor fala que também fazia triagem. Ao mesmo tempo, era tanto *e-mail* assim para terem...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Era muito.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muitos?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Muitos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas havia... Por exemplo, aquilo que eu lhe falei como triagem passava necessariamente pelo senhor, ou havia uma intercessão, ou cada um trabalhava de forma isolada?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Cada um trabalhava de forma isolada. Havia um escrivão que distribuía a carga para todo mundo e voltava para ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

Vocês não faziam a análise dos *e-mails*, só faziam a triagem?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para saber aqueles que estariam ligados ao assunto, àquela investigação.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso. O trabalho era esse.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quem é que fazia a análise dos *e-mails*?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu não sei dizer ao certo se era o delegado ou se era o perito que trabalhava com ele. A nossa função era bem clara, específica e pontual: faça isso aqui e devolve para o rapaz aqui. Aí o processamento posterior eu deduzo que ou era pelo próprio delegado ou era pelo perito que trabalhava diretamente com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Polícia Federal, através da operação, teria, tanto dentro da Polícia Federal como também na ABIN, servidores para fazer isso aqui. O caso de se chamar Ambrósio, que era ex, quer dizer — e aí há uma intervenção de outra pessoa que diz: “*Olha, o Ambrósio está desempregado*”. E ele disse aqui: “*Eu fui lá porque eu estava numa situação e me prometeram que eu iria receber algum dinheiro*”. E foi para lá. Não teria isso, formalmente, essa ação em conjunto, ABIN e Polícia Federal? Não poderia isso acontecer?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Se poderia ocorrer formalmente?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Acredito que sim. Há o SISBIN aí que dá respaldo a esse tipo de situação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor falou da questão dos arapongas, aqueles que efetivamente ainda continuam voando por aí. Há araponga



a valer! Aqui mesmo na Comissão de Direitos Humanos tivemos um araponga conhecido por Firmino, que diz que ainda hoje vive desse serviço, de prestar serviços para organizações, e vive disso, paga seus estudos e tudo mais.

Quando alguém da ABIN sai, ou do serviço de informação, há a um acompanhamento dessas pessoas ou eles...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Existe um setor específico para isso, mas não são todos que são acompanhados, só aqueles que têm algum potencial, algum problema, alguma coisa assim. É interessante que muitas vezes se generaliza “o araponga”, mas na verdade é até bom que se diga: o termo araponga, pejorativo que é, ele se refere às pessoas que cometem atos ilegais, espionagem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, bisbilhotagem.

O SR. MÁRCIO SELTZ - E para nós, que somos oficiais de inteligência, que fazemos um trabalho sério de análise, isso para nós soa até como uma ofensa. É motivo de grande aborrecimento, porque fazemos um trabalho e procuramos fazê-lo da maneira mais correta possível dentro da legalidade, dentro de todos os princípios constitucionais. Costuma-se generalizar. É importante que as pessoas comecem a conhecer...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando usamos o termo “araponga”, dizemos que são aqueles que se desviaram... Para nós, o agente da ABIN, como o agente da Polícia Federal fazem um trabalho de inteligência, de informação, de operação que merece todo o respeito. Agora, tem gente que é utilizada, há estrutura, há toda uma preparação para isso e que pode inclusive até servir ao crime organizado.

O SR. MÁRCIO SELTZ - É verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há casos em que o próprio crime organizado recruta pessoas que têm um desvio de conduta e terminam... Não estou dizendo que vocês estão na linha dos arapongas. Os arapongas, para mim, são aqueles que se desviaram e estão aí ganhando dinheiro bisbilhotando a vida das pessoas.

O SR. MÁRCIO SELTZ - É mais para esclarecer a diferença, porque muitas pessoas confundem. Não é o caso de V.Exa. ou dos demais Parlamentares, mas há



pessoas que confundem e jogam todos na mesma... É importante usar o espaço até para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Luiz Couto só para esclarecer um pequeno detalhe do que ele está colocando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por incrível que pareça, outros tomam como homenagem. Havia um determinado serviço de inteligência, de uma determinada polícia, de um determinado Estado que passou a usar como símbolo da inteligência araponga.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Araponga. Isso. Nesse caso do Presidente da Associação, ele nega que tenha sido o responsável pelo grampo. Mas o Nery responde a processos na própria ABIN por advocacia administrativa etc. Na realidade, eu não estive aqui presente, porque estava numa missão oficial em nome da Câmara, em Fortaleza, mas pelas informações que tivemos aqui ele, ou seja, usou do espaço para fazer sua campanha à reeleição para Presidente da Associação dos Servidores da ABIN. O fato dessa denúncia que foi feita pela *Carta Capital*, de que teria sido ele o autor desse grampo, ainda fica aquela situação: quem grampeou, quem vazou? Enfim essas coisas precisam ser melhor explicitadas, e é aquilo que esta CPI está querendo saber, quem efetivamente vazou, quem grampeou, quem usou de forma ilegal, sem ordem judicial.

A área em que o senhor trabalha é mais de combate ao...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Ao terrorismo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ao terrorismo. Hoje há uma linguagem. Quem trabalha com isso tem a chamada linguagem cifrada, que não pode... Alguns desses *e-mails* tinham coisas cifradas também?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Nesses *e-mails*?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não vi nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhum. Está o.k. Do ponto de vista da formalidade, se o Márcio ainda quiser falar algumas coisas em caráter reservado, podemos transformar, se houve necessidade. Ele é quem.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Estou à disposição dos senhores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - (*Inaudível*)
questionamentos ainda, não é?

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra para seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Márcio, pergunto-lhe quanto tempo o senhor tem de ABIN?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Nove anos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nove anos. Quanto tempo o senhor esteve à disposição da Operação Satiagraha?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Foram entre 15 e 20 dias, na primeira vez. Depois eu fui fazer um trabalho à distância, foi mais 1 mês. E, quando foi o mês de maio, tive uma certa dificuldade em localizar o Delegado Protógenes, porque ele ficava a maior parte do tempo fora de Brasília. Então eu parei com esse trabalho, porque não tinha demandas, reassumi as minhas funções e, depois, ao final, em meados de junho, ele entrou em contato comigo e pediu para eu fechar mais alguns dados e mandar o relatório para ele. Então foi uma coisa irregular no tempo; foram 15 dias, depois um período à distância de mais ou menos 1 mês; depois reassumi minhas funções; depois talvez mais uma semana. Foi mais ou menos assim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para deixar claro, porque aqui nesta CPI os termos pesam muito. Esse “irregular” a que V.Sa. se refere é porque foi descontínuo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Ah, não, não. Descontínuo, claro. Foi a descontinuidade. É bom colocar bem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então foi a descontinuidade. Pergunto: o senhor sofreu alguma punição após esse inferno que se transformou a ABIN, Polícia Federal, Supremo Tribunal Federal, enfim, quase todos, com a operação Satiagraha?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Além do desgaste emocional e da exposição da mídia? Punição administrativa? Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pergunto, desses *e-mails* que V.Sa. examinou, separou o que era pessoal daquilo que era da função, tinha algum *e-mail* interessante que V.Sa. poderia revelar à CPI? (*Risos.*)

O SR. MÁRCIO SELTZ - Interessante? Não.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor não se lembra assim nada? Não é da questão pessoal, é da questão da função, sobre Daniel Dantas, se havia dinheiro no exterior, se dava propina para alguém, o que ele fazia para ter sucesso absoluto em seus negócios e acumular tanto dinheiro com tanta rapidez? O que tinha interessante que V.Sa. poderia revelar à CPI?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sobre esse detalhamento na questão dos *e-mails* não sei se teria alguma coisa interessante para contar. Mas, na questão do detalhamento dos *e-mails*, eu teria de falar reservadamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - V.Sa. está disposto a falar reservadamente?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É, não sei se é algo interessante no sentido de que V.Exa. está colocando. Mas alguma questão que eu puder ajudar a esclarecer tem de ser de forma reservada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor já conhecia o Deputado Protógenes antes?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, a primeira vez que eu ouvi menção ao nome do Delegado foi quando o Dr. Campana me chamou e me atribuiu a missão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Durante esse período que o senhor esteve sob orientação do Delegado, qual sua opinião sobre as atividades profissionais dele no comando dessa operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Do Delegado Queiroz? Bom, tenho até uma simpatia pessoal por ele, acho que ele realmente é um idealista. Em que pesse o questionamento aos meios que ele se utilizou e coisas do gênero, acho que a intenção dele era positiva.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas, durante esse trabalho, houve alguma atitude que o senhor considera que é ilegal, alguma atitude extravagante?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, porque na realidade o Delegado Queiroz é uma pessoa que não dá conhecimento amplo à equipe; ele pauta, a disponibilização das informações pela necessidade que a pessoa tenha de conhecer. Na minha função, eu estava ali mais numa, como eu bem já relatei aqui, eu estava ali numa função de mão-de-obra cedida. Então eu tinha acesso às informações que eram necessárias para o meu trabalho. Não tinha essa visão do todo. Muita coisa, até em



relação à operação, a gente fica sabendo depois pela própria imprensa, depois quando a coisa estoura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe quantos agentes efetivamente participaram da operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Por parte da ABIN, por parte da Polícia Federal, ou de ambas?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos agentes da ABIN.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, eu tive contato efetivo com outros 3. Agora, esse número... depois eu ouvi, num determinado momento, que eram 20. Depois, já foram 52; agora, 82. Não sei. Ao certo, não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mesmo por ouvir dizer, diante de tantas contradições sobre o número de agentes, o que que o senhor ouviu de comentário efetivo, de quantos efetivamente participaram?

O SR. MÁRCIO SELTZ - De comentário efetivo? Num momento bem anterior ao que estamos vivendo hoje, eu ouvi um comentário de 20.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto ao senhor: o Delegado Paulo Lacerda ele examinava *e-mails* ou outro material de interesse da operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não que eu conheça ou que tenha passado para ele.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Delegado Lacerda, o senhor tem alguma notícia de que ele monitorava os agentes da ABIN, os funcionários da ABIN?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Não tenho nenhuma notícia sobre isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor não tem informação — aliás, o senhor já falou, mais ou menos, do curso da operação, mas esse é outro número contraditório —, o senhor tem notícia de quanto efetivamente foi gasto com essa operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, Excelência, não tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o clima na ABIN depois de todos esses problemas: exposição de agente, busca e apreensão? Qual é o clima hoje que..., eu pergunto para o senhor, depois da sua participação como



colaborador, qual é a sua... como é que o senhor se sente após todos esses, esse tumulto que ocorreu?

O SR. MÁRCIO SELTZ - As pessoas estão bastante chateadas em relação a isso. Sentem que o momento é difícil. Mas há uma esperança de que isso se resolva e de que disso se tire lições, não é? Se eu disser a V.Exa. que as pessoas estão bem, não seria a verdade. As pessoas estão... Eu diria que o clima é de apreensão, as pessoas estão apreensivas, esperando o desfecho para ver como vai ficar isso, até porque nós temos questões ainda pendentes, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem algum agente da ABIN que se sente, com a sua integridade física e de sua família, ameaçado por conta da exposição?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, eu não... Bom, tem, tem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Tem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Muitos ou poucos?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Um, que saiba, um.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Um só?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tá. O senhor considera que a sua contribuição, de V.Sa., com a Polícia Federal foi uma contribuição ilegal?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Legal, formal e oficial, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse compartilhamento é rotina entre os órgãos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Desculpe, eu não entendi a resposta dele, Deputado Domingos Dutra. O senhor disse...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Legal, oficial e formal, para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Para o senhor ela foi legal, oficial e formal?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É. Por quê? Porque eu recebi uma determinação do diretor-geral-adjunto. Se isso não for legal, oficial e formal, para mim...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa formalidade que o senhor revelou aqui para a CPI, que o senhor considera que é formal porque recebeu uma determinação de um superior...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... e porque também se todos os atos da administração forem, se todas as execuções dependerem de formalidade escrita, a administração pára. Tem sido comum nesses 13 anos de trabalho da Polícia Federal?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, 9.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nove?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Na ABIN.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor, mesmo não tendo participado, o senhor tem notícia de que esse compartilhamento, essa cooperação é rotina entre a Polícia Federal e a ABIN?

O SR. MÁRCIO SELTZ - O trabalho conjunto é rotina, o compartilhamento de dados nem tanto. Quer dizer, compartilham-se dados, sim, por meio de trocas formais, de documentos, inclusive dados sigilosos e por meio de documentos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem acompanhado os depoimentos, principalmente de agentes da Polícia Federal, da ABIN aqui na CPI?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Alguns deles, não todos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor acompanhou o depoimento do Sr. Delegado Daniel Azevedo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Acompanhei, não sei se todo ele, mas uma boa parte.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tá. Qual é a sua opinião sobre o que ele afirmou aqui à CPI, daquilo que você se lembra?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Em relação a qual aspecto específico?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele declarou que o compartilhamento não é..., tem que ser formal, que não é comum a participação da ABIN da forma que foi feita.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Hum, hum.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ou seja, ele considerou que essa participação da ABIN ela é ilegal.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor acabou de informar que, na sua opinião, é formal e legal.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria saber sua opinião sobre isso.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu estou falando assim: na minha opinião, como pessoa. Para mim a coisa veio oficializada. Agora, é lógico que há visões distintas. Do ponto de vista deles, não, porque não houve o formalismo documental, vamos dizer assim. Mas eu concordo que isso deve haver, que a Administração Pública deve se pautar por esse formalismo, principalmente quando se trata da interação entre 2 órgãos distintos. E há mecanismos para isso. Inclusive, hoje, com o advento do SISBIN, já se prevê até uma estrutura de compartilhamento de dados permanente. Existe até uma lei, a Lei nº 9.883, de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, prevê esse intercâmbio de dados sigilosos sensíveis. Agora, a questão do ser legal, ser ilegal, ser formal, ser informal, depende muito do ponto de vista da pessoa. O que eu queria dizer, expressando o meu ponto de vista, é o seguinte: quando eu recebo uma determinação de um superior hierárquico, eu tenho toda uma presunção de legalidade, correto. Agora, do ponto de vista da Polícia Federal, não, poderia ser diferente: "*Ah, não havia comunicação oficial, não havia documentos*". Então, eles já entendem de uma outra forma. Aí tem que ver, juridicamente, o que se diz a respeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor acompanhou o depoimento do Sr. Nery, ontem, aqui, nesta CPI?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Acompanhei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual a sua opinião sobre o que ele declarou aqui?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Como assim?



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele disse que o Delegado Lacerda examinava os *e-mails*; que o Delegado Lacerda monitorava os funcionários da ABIN. Eu queria saber...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, na realidade, o Kluwe não participou da investigação. O que ele afirmou, o que ele vem afirmando são informações que ele coleta, que ele ouve, de pessoas com quem ele conversa. Com relação a essa questão de que o Dr. Paulo Lacerda recebia relatórios de *e-mails*, eu desconheço. Nunca fiz nenhum e nunca encaminhei nenhum para ele. Desconheço se isso ocorreu no momento posterior ao que eu saí, lá da Polícia Federal. Mas enquanto eu lá estava, isso não ocorria. E não era... O sentido do trabalho não era esse. Com relação a ele monitorar agentes, o Dr. Lacerda, também desconheço.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A imprensa tem declarado reiteradamente a respeito das disputas existentes no interior da PF, da PF com a ABIN, descontentamento pelo fato de o delegado Paulo Lacerda dirigir um órgão que ele não era afeito.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Hum, hum...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós mesmos, Parlamentares, estranhamos essa disputa. Eu pergunto para o senhor... Por outro lado, tem a manifestação de superiores de que não existe guerra na PF, que é tudo harmonioso, de que tudo é invenção da imprensa.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor falou ainda há pouco que tem grupos diferenciados. Eu pergunto para o senhor: tem ou não tem guerra na PF? Tem tendência? Tem grupos?

Completando, para encerrar, Sr. Presidente, essas posições, tanto do Sr. Nery como do Delegado Daniel, de ter posições diferentes em relação a outros é decorrente apenas de um rigor formal ou é decorrente também, e, principalmente, das disputas existentes?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Com relação a disputas existentes no interior da PF, eu desconheço, porque eu trabalho na ABIN, não vivo a realidade da PF. Na ABIN existem classes, como eu falei a V.Exa.: existe o pessoal da área meio, o pessoal da área fim; existe o pessoal de nível superior e o pessoal de nível médio. É lógico que



isso gera grupos, mas não necessariamente esses grupos vão coexistir pacificamente. Então, falar em guerra, acho o termo “guerra” muito pesado, muito forte — no caso da ABIN, que eu estou analisando, que é o que eu conheço. Então, há uma convivência normal. É lógico que, no caso do plano de carreira, alguns servidores ficaram de fora. Alguns... muitos ficaram de fora, por impedimentos legais. Houve uma insatisfação. As pessoas ficam realmente chateadas, porque vêem o colega do lado receber um aumento e elas não recebem. Então isso, obviamente... é natural que gere uma insatisfação. Mas não chega a ser guerra no sentido de que um grupo queira derrubar o outro. Que existem pessoas que queiram eventualmente derrubar outras ou tirar cargos, isso é aquilo, isso é normal em qualquer instituição do mundo, acho. Existe sempre aquele grupo, aquela pessoa naquele grupo que trama para derrubar alguém, para pegar o cargo, para pegar o DAS. Isso é normal. Em qualquer órgão da administração pública, em qualquer país do mundo ocorre isso. E na iniciativa privada, também. Agora, falar em guerra, eu não digo que há uma guerra. As pessoas não vão se recusar a cumprir suas missões, a cumprir com suas responsabilidades e a fazer o seu trabalho, acredito eu, de forma bem-feita por estarem preteridos em determinada questão. Então eu não acredito nessa...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Domingos Dutra.

Eu tenho aqui alguns questionamentos que eu gostaria que V.Sa. me respondesse. O senhor foi apresentado pelo Delegado Protégenes formalmente, vamos dizer, a hierarquia superior à dele que, ao que parece, deveria ser o Delegado Lorenz?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor, em algum momento, teve com o Delegado Lorenz na Polícia Federal?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Estive naquele evento que ele narrou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Qual é o evento?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, num determinado dia ele entrou na sala onde estavam se realizando os trabalhos, que era a sala em frente a dele. E ele me viu,



eu estava trabalhando, ele me reconheceu e me chamou para tomar um café na sala dele, porque nós já tínhamos uma relação próxima — próxima em termos, porque o Daniel Lorenz, ele já foi chefe do (*ininteligível*), e como eu trabalho na área do contratorrismo desde 2004, nós já compartilhamos de vários eventos. Então, éramos conhecidos. Então, ele me reconheceu, já sabia quem eu era, sabia até meu nome, me chamou na sala dele para tomar um café. Conversamos lá alguns minutos sobre amenidades e ele me perguntou o que eu estava fazendo lá. Aí, eu falei: “*Bom, estou trabalhando com o Delegado Protégenes Queiroz*”. Aí, continuamos conversando sobre outros assuntos e ele pegou o telefone, chamou o Queiroz na sala e quando o Queiroz chegou na sala ele falou assim: “*Então, tá, Márcio. Pode ir lá. Você deve ter muito trabalho a fazer e tal*”. Gentilmente, pediu para que eu me retirasse. Aí, eu me retirei da sala e não presenciei o diálogo que eles tiveram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor achou estranho não ter sido apresentado aos superiores do Dr. Queiroz?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim. Achei estranho, mas como nós temos aquela cultura também — eu acho que é um termo que já foi utilizado N vezes aqui nessa Comissão, da “compartimentação” — eu achei que era uma coisa natural, até porque o Delegado Lorenz não manifestou surpresa. Se ficou surpreso, disfarçou bem

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Me diga uma coisa: se o senhor tivesse morrido na Polícia Federal... por exemplo, o senhor está sentado numa sala da Polícia Federal e uma arma dispara lá dentro — já aconteceu por diversas vezes em diversos locais onde os policiais trabalham — e, infelizmente, o senhor viesse a falecer ali dentro, qual o documento que estaria respaldando o senhor como “*em missão oficial*” da ABIN na Polícia Federal?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Que eu conheça, nenhum. Que eu saiba, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quando o senhor cumpre uma missão da Agência Brasileira de Inteligência ela tem uma formalidade para isso ou é assim: “*Vai lá e faz isso, vai lá e faz aquilo*”. Ou existe um planejamento, existe a necessidade de relatório, ou essa Agência Brasileira de Inteligência, que hoje



funciona aí, não exige do seus servidores relatórios periódicos das atividades que desenvolveu mesmo sendo em outro órgão?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bem, quando o evento, a missão, é a na mesma cidade e é um evento de um dia, por exemplo, vai lá e acompanha uma reunião, participa de algum evento, não há necessidade de maiores formalismo, porque se está na mesma sede. Quando isso envolve deslocamento da sede, aí há o procedimento. É feita uma autorização, isso vai para o direção-geral que tem que autorizar e, só depois que ela autoriza é feita a proposta de concessão de passagens e diárias, aí são emitidas as passagens, são pagas as diárias e na volta é feito um relatório de missão. Relatório de missão é mais operacional. No nosso caso é mais um relatório de viagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então o senhor não viajou em nenhum momento nessa operação para fora do Distrito Federal?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não. Só trabalhei em Brasília só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É. Mas eu me pergunto, porque eu fico curioso, porque eu não conheço bem a atividade, mas eu fico me perguntando aqui: eu sou um Agente de Inteligência. A missão de um Agente de Inteligência — o senhor me corrija se eu estiver errado — é buscar dados para depois transformar esses dados em inteligência.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, eu desloco o senhor da Agência Brasileira de Inteligência para trabalhar no Departamento de Polícia Federal numa determinada missão. Deixo o senhor lá e não peço do senhor nenhuma informação sobre o que o senhor está fazendo lá?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É. Mas foi exatamente dessa forma que ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor nunca reportou ao Dr. Campana o que o senhor realizou ou a nenhum outro superior hierárquico o que o senhor vinha fazendo lá?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Conforme eu relatei a um dos nobres Parlamentares, no momento em que eu estava fazendo a análise de fontes abertas — eu creio que o senhor não estava aqui no momento —, o Dr. Campana mandou me chamar no gabinete dele e disse que o Dr. Paulo Lacerda queria falar comigo.



Eu, até então, não tinha estado pessoalmente com o Dr. Lacerda. E o que aconteceu? Dr. Lacerda já sabia que eu estava fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Dr. Lacerda sabia o que o senhor estava fazendo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sabia. Sabia, sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas como?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu não falei nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Hein?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu não passei essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então como é que o senhor sabia que ele sabia o que o senhor estava fazendo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Porque ele já... quando nos encontramos ele já se referiu ao trabalho que eu estava fazendo, da análise de fontes abertas, entendeu? Ele já se referiu à análise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a análise de fontes abertas de dados que a ABIN buscava ou de análise de dados de fontes abertas de dados da Operação Satiagraha?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Eu vou explicar. Num determinado momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Desculpa, que eu talvez não estivesse aqui na hora, mas é importante termos isto bem esclarecido.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Sem problema algum. Num determinado momento da investigação, o Delegado Queiroz me entregou um calhamaço de notícias publicadas na imprensa, de 2001 até 2008, em relação à Telecom Itália, àquela disputa societária em torno da Brasil Telecom, coisas do gênero. O foco era esse. E eu deveria fazer essa análise. Acho até que o senhor estava aqui quando eu mencionei que era um trabalho bastante simples. Era esse trabalho que eu estava fazendo. E foi nesse momento, quando eu já estava na fase final desse trabalho, que eu fui chamado, via Dr. Campana, para conversar com o Dr. Paulo Lacerda, e ele já sabia qual era o trabalho que eu estava fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O que o Dr. Paulo Lacerda... Se ele já sabia, o que ele queria saber do senhor?



O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, ele queria na realidade me recomendar que fosse bastante criterioso, que fizesse um trabalho bem elaborado, que o texto fosse bem redigido, que as conclusões fossem de acordo com os argumentos. Uma espécie de uma... como um professor orienta um aluno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tutorial?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - De como o senhor deveria produzir esse relatório?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É. Foram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só na forma ou no conteúdo também?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, no conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - No conteúdo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É. Foram sugestões, não foi nada impositivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Entendi. Mas, quer dizer, de uma forma tutorial, o Dr. Paulo Lacerda chamou-o na sala dele e sugeriu ao senhor...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso. É. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...não só a forma, quer dizer, tem um parágrafo, tem um capítulo. Ele disse ao senhor, em tese, o que ele achava que era importante estar contido ali. Como é que ele poderia achar o que era importante se o senhor não deu acesso a ele ao que o senhor estava fazendo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, mas nesse momento ele teve acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, nesse momento ele teve acesso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Ele teve acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ele leu todo o material então que o senhor produziu?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu acredito que ele tenha lido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Entendi.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor me desculpe insistir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - V.Sa. afirmou que não houve relatório. Mas a que ele teve acesso? O que ele leu?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Ah, porque esse relatório, ele não era o cliente desse relatório. O relatório era para Dr. Protógenes, entendeu?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas então ele leu esse relatório...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - ...que eu lhe perguntei e o senhor falou que não.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim, ele leu, embora não fosse o cliente do relatório. Eu estava produzindo o relatório para o Dr. Protógenes, aí nesse momento, em que ele já sabia o que eu estava fazendo, ele me chamou e falou exatamente isso, essas questões. Então, ele teve uma cópia desse relatório e aí ele olhou, normalmente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ainda pouco ele — V.Exa. estava ausente — falou que ele esteve com o Delegado Lacerda sobre as matérias de jornais. Ele fez 2 tipos de trabalho: um examinando os *e-mails*, selecionando, e outros eram os jornais, de 2001 e 2002.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É bom que o senhor explique se o relatório que V.Sa. passou ao Delegado Lacerda envovia os exames dos *e-mails* que interessavam à investigação ou só das matérias jornalísticas.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, esse já era o relatório das matérias jornalísticas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não era dos *e-mails*?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, dos *e-mails*, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É bom que o senhor...

O SR. MÁRCIO SELTZ - É, é bom esclarecer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ...tenha muito cuidado no que declara aqui, porque isso tem efeito.



O SR. MÁRCIO SELTZ - Claro, com certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, eu gostaria que o senhor explicasse, respondendo ao Presidente, que essa conversa com o Delegado Lacerda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E não há contraditório aqui, todos nós queremos saber a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ...era se era sobre as matérias jornalísticas...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, os *e-mails*...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Porque o senhor falou anteriormente que o Delegado Lacerda lhe orientava para fazer um trabalho bem-feito, que não fugisse de verdade.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor agora está dizendo que o Delegado praticamente lhe enquadrou sobre o conteúdo, o formato do que o senhor ia produzir. Então, é bom que o senhor esclareça, para não ter...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Os *e-mails* não geraram relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Certo.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Então esse é o ponto essencial. Nada foi feito além da triagem. A única coisa que eu fiz, que foi esse relatório — que foi até uma coisa que em princípio eu não vi muita pertinência com o que poderia ser a investigação —, foi esse das reportagens do material de jornais e revistas que o Delegado Protógenes havia me passado. É essa questão. Ficou esclarecido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, deixa eu continuar aqui com as minhas aquisições, porque eu achei muito interessante esse aspecto de quem não sabia nada, de quem não havia alocado agente nenhum e hoje inclusive participou, embora de fontes abertas, da elaboração de um relatório, o que me parece grave, porque fica claro que, de alguma forma, S.Sa., o Diretor da ABIN, faltou com a verdade perante os senhores, ao dizer que não sabia, que não teve acesso. Então, esse é um depoimento verdadeiro e importante para que a gente possa avançar nos trabalhos da Comissão. Então, eu também gostaria de saber de



V.Sa. o seguinte: essas recomendações, o senhor seguiu à risca? Ou o senhor divergiu de alguma posição que ele tenha colocado?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, pelo que eu me recordo segui sim. Era uma coisa simples, não era nada que mudasse a estrutura do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Causou alguma estranheza ao senhor, que tomou conhecimento dos depoimentos prestados pelos seus superiores aqui na Comissão Aquela história de que “não, foi informal; eram 2, 4, 40, 75, 80..” Causou-lhe estranheza ou esse é um procedimento normal de como as coisas de inteligência, são encobertas, a gente não abre todas as coisas?

O SR. MÁRCIO SELTZ Na verdade, fui tendo conhecimento das coisas aos poucos. A verdade vai chegando a conta-gotas. Então, eu não conhecia toda a magnitude da investigação, todas as pessoas que estavam envolvidas. Então, tudo bem. A pessoa fala que são 10 agentes, vamos crer que são 10. Mas depois se aparecem mais 10, então tudo bem, aqueles 10 estavam encobertos, não podiam aparecer e coisa do gênero, mas é lógico que é uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas vamos admitir que o Dr. Paulo Lacerda talvez não devesse saber dessas coisas, porque afinal de contas ele é o Diretor-Geral. Mas o Dr. Campana deveria saber quantos homens foram empregados ou também não? Ou seria uma pessoa abaixo dele que deveria saber disso, talvez o depoente de amanhã?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, a Inteligência é uma estrutura muito hierarquizada. Então, via de regra, quando se envolvem operações, pelo menos do pouco que conheço dos cursos que já freqüentei — estou falando isso mais com base na doutrina —, toda operação envolve o conhecimento e a autorização da chefia maior do órgão, porque isso implica risco, inclusive risco de morte, implica gastos, implica risco de desvio de conduta, implica uma série de situações. Então, é praxe pelos manuais, vamos dizer assim, da doutrina de inteligência que o chefe maior do órgão tenha ciência do que se faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor, além de ter manipulado — parece que o senhor respondeu isso, mas gostaria de aprofundar um pouco —, o senhor teve em sua mão um *pen drive* que continha degravações ou gravações de escutas telefônicas, é isso?



O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Havia o áudio ou havia o transscrito?

O SR. MÁRCIO SELTZ - O áudio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Havia o áudio. Quer dizer, o senhor lidou com o áudio de interceptação realizada no âmbito da operação Satiagraha?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É, da investigação prévia à operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Na pré, durante a investigação da operação Satiagraha. Então, esses áudios diziam respeito a essas análises de fonte aberta que o senhor estava fazendo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Exato, é como eu expliquei aqui. Eu estava fazendo análise de fonte aberta. Quando havia alguma menção à imprensa, o Delegado Queiroz me repassava o áudio para que eu ouvisse o que estava sendo publicado e comparasse com o que estava sendo dito, para ver se havia uma conexão até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor achou muita conversão?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não, não. Não logrei êxito em minha escuta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quando o senhor fez esse relatório, a que o Dr. Paulo Lacerda teve acesso e deu substanciais informações, ele também teve acesso a esses áudios para que pudesse fazer o cotejamento com essas fontes abertas?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Acredito que sim, porque estava tudo no mesmo arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, estava tudo no mesmo arquivo. Então, o Dr. Paulo Lacerda, além de ter tido acesso às fontes abertas, que são as publicações jornalísticas, ele também teve acesso ao áudio e...

O SR. MÁRCIO SELTZ - É, porque estava tudo no mesmo arquivo. Foi passado o arquivo na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Foi passado o arquivo integral para ele. Está certo. O senhor acha que na atividade de Inteligência,



antigamente se dizia muito isso e eu não sei se é verdade ou não, os fins se justificam os meios?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, eu acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor acha que não?

O SR. MÁRCIO SELTZ - A prova estamos vivendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, o senhor acha que o que estamos vivendo hoje diz respeito a que as pessoas se utilizaram de meios indevidos para atingir fim; é esse o juízo que o senhor faz?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Pelo menos a questão da... Vamos dizer assim, essa situação que estamos vivendo, que é altamente questionada por vários meios, reflete essa situação, porque se tivesse tudo ok, tudo 100%, não haveria motivo para eu estar aqui, não haveria motivo para haver 2 inquéritos policiais, uma sindicância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O que o senhor me diz das pessoas que trabalhavam com o senhor? Nessa sala, dentro da Polícia Federal, onde o senhor ficou alocado, em frente à sala do Dr. Lorenz, não é isso, quantas pessoas da ABIN estavam com o senhor lá?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Três, além de mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Três pessoas.

O SR. MÁRCIO SELTZ - É, mas elas não ficaram lá o tempo todo. Eu cheguei primeiro; depois chegou mais um colega. Ficamos em 2 e depois chegaram mais 2. Depois eu saí, depois o outro de férias... Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas nisso você não está computando o contratado?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, ao Ambrósio que você se refere? Não, porque eu considero ele aposentado. Estou falando dos colegas da ABIN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor sabia quem era o Ambrósio? O senhor já conhecia o Ambrósio antes desse momento?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não conhecia não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor sempre achou que ele era um policial federal, que ele era contratado? Foi-lhe informado isso ou que ele era um agente da ABIN?



O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, em princípio eu deduzi que ele era um policial federal, porque ele estava lá, estava no ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não foi dito ao senhor que ele não era um policial federal?

O SR. MÁRCIO SELTZ – Não, foi. Foi. Depois, em conversas com ele, ele comentou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, mas quando o senhor foi apresentado. O senhor trabalhava no mesmo espaço físico. Quando a gente chega num espaço fisco para realizar o trabalho, acredito que o delegado Protógenes deve ter apresentado o senhor: “*Aqui é o escrivão Fulano, aqui o agente Beltrano, aqui o Sicrano*”. Ou não houve isso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Em relação ao Ambrósio, não. No primeiro momento, no primeiro contato a que o senhor se refere, não; não foi apresentado, nem como da ABIN, nem como da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Foi só apresentado como Ambrósio.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Foi só apresentado como Ambrósio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor assumiu que ele seria o quê?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Imaginei que ele fosse policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Imaginou que ele fosse policial. Quando o que o senhor descobriu que ele não era policial?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Porque justamente nesse momento estava se discutindo o plano de carreira da ABIN. Então, a gente conversava, os outros 3 conversavam sobre a perspectiva de aumento. Aí, ele se interessou e começou a conversar também, e aí a gente descobriu, no âmbito dessas conversas, que ele era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor reportou aos seus superiores que no seu ambiente de trabalho, não aos seus superiores da Polícia Federal, mas aos seus superiores na Agência Brasileira de Inteligência, que além dos outros 2 agentes de inteligência havia um terceiro, o aposentado trabalhando em conjunto?



O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, na verdade eu não reportava aos meus superiores da ABIN praticamente nada, porque quando eu recebi a determinação, foi o seguinte. Procure o Delegado Protógenes e coloque-se à disposição dele para o que ele precisar, pelo tempo que ele precisar. Então, o meu superior ali era o delegado Protógenes. Naquele tempo eu devia lealdade a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor não questionou, não lhe causava incômodo estar trabalhando com uma pessoa que não era mais do quadro da ativa? Isso criou alguma dúvida na sua cabeça?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Em relação à questão do Ambrósio? Não, o incômodo maior era a própria situação em si, a própria situação como um todo. O Ambrósio, não, nesse contexto não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Qual era a situação como um tudo que lhe incomodava?

O SR. MÁRCIO SELTZ - O fato de estarmos lá na Polícia Federal, trabalhando lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por exemplo a ABIN é a cabeça do SISBIN?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim; pela, lei sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pela lei é?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É. Então, o tipo de trabalho seria muito mais realizável na ABIN do que o senhor ter que ir para a Polícia Federal fazer? É normal isso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, a questão dos *e-mails* tinha que ser na Polícia Federal. A questão do relatório poderia ser feita até numa biblioteca pública, porque não tinha maiores problemas em fazer isso em qualquer outro ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor tinha acesso às senhas dos computadores para abrir os *e-mails* por determinação do Dr. Protógenes?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, isso era feito pelo escrivão que estava lá. Ele já entregava o material praticamente pronto para a gente, não tinha senha.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Como o senhor adentrava o prédio? O senhor tinha uma senha de acesso? O senhor se identificava cada vez que entrava? Como funcionava esse procedimento de entrada no prédio da Polícia Federal?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Quando eu chegava eu me identificava todos os dias com a minha identidade civil, nos primeiros dias. Depois a recepcionista já conhecia a gente, e era mais fácil. Pegávamos um crachá de visitante, entrávamos com esse crachá. Esse crachá não dava acesso à Diretoria de Inteligência Policial, que parece que é uma área mais compartimentada. Então, ou eu ligava para alguém abrir para mim, quando estava na porta, ou quando eu chegava mais cedo que os demais eu ficava do lado de fora da Diretoria de Inteligência Policial aguardando alguém chegar para me dar o acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quando o senhor teve essa reunião com o Dr. Campana, com o Dr. Paulo Lacerda quem mais estava presente?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mais ninguém, apenas os 3. O senhor sabe que dia se deu isso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Quando foi? Eu saberia o mês, o dia exato não. Foi em junho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor acredita que o general Félix tinha conhecimento dessa ação que estava sendo realizada ou senhor acha que ele não foi informado ou até pode ter sido enganado nesse processo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - A questão é que em momento algum eu ouvi qualquer referência ao nome do General, então eu não sei se ele sabia ou não, mas em momento algum se citou o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor soube ou tomou conhecimento se o Delegado Protógenes esteve alguma vez neste período da investigação com o Dr. Paulo Lacerda?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Se ele esteve com o Dr. Paulo Lacerda? Não tenho conhecimento se eles estiveram pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas por telefone?



O SR. MÁRCIO SELTZ - Por telefone, Dr. Paulo uma vez comentou que estava evitando falar com o Dr. Protógenes nesse período. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por algum motivo particular?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, eu só ouvi esse comentário, mas não sei qual razão particular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor fez alguma avaliação crítica do seu trabalho junto a outras pessoas do que o senhor produziu?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Fruet. Deputado Domingos em seguida.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - São 4 perguntas. Uma, o senhor afirmou que o Dr. Daniel Lorenz não demonstrou surpresa ou enganou bem. Na sua avaliação, ele já sabia da participação de agentes da ABIN nessa operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Acho que não. Eu acredito que realmente ele tenha descoberto naquele momento; percepção minha.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Qual o papel do Dr. Paulo Maurício Fortunato Pinto?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu não sei exatamente porque, ao que tudo indica, foram duas frentes de trabalho, a nossa foi a de análise e a dele foi uma outra coisa. Eu só vim saber da participação dele, do pessoal dele depois que isso tudo veio à tona pela imprensa. Aí estava tudo muito bem compartimentado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - No caso do Dr. José Ribamar Reis Guimarães?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É a mesma situação.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E, por fim, em algum momento alguém diz que essa era uma missão de interesse da Presidência da República?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Para mim, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, o depoente afirmou anteriormente que ele considera que a sua participação foi normal, formal e legal. Mas, respondendo a V.Exa., ele colocou que gostaria que 100% fosse legal. Eu queria que V.Exa. informasse, na sua visão, o que o senhor considerou anormal. E



ao mesmo tempo, o senhor deu a entender que foi cumprir uma tarefa, mas não estava à vontade. Eu pergunto ao senhor se o senhor cumpriu a determinação porque o senhor também se referiu que cumpre a determinação superior, se o senhor foi para lá contra a vontade, se não se sentia bem no que estava fazendo.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Quando eu fui, eu não sabia o que seria. Então, eu fui sem expectativa alguma. Sim, eu estava contrariado, mas o dever de ofício é maior.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por que a contrariedade?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Pelo fato de estarmos trabalhando numa coisa desconhecida, que não se sabia quais seriam as consequências disso, porque tudo veio à tona depois. Quando se trabalha na área de inteligência, sabe-se o que se está fazendo, estava no *métier*. Agora, trabalhar numa outra organização, com outra cultura, só isso, por si só, já é uma situação que já deixa uma certa insegurança.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que o senhor poderia detalhar do que o senhor considera que fugia à normalidade e à legalidade?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Quando eu me referi a isso, estava justamente falando sobre esses questionamentos que surgiram agora, porque a gente vai tendo conhecimento das coisas aos poucos. Parte de um universo pequeno e depois vai se expandindo. Muitas coisas nos chegam pela imprensa. Então, hoje há uma série de questionamentos que são feitos por esta Comissão, pela própria Polícia Federal, tudo isso veiculado pela imprensa, era isso a que estava me referindo, essa questão que surge depois dos questionamentos. Aí você começa a pensar. Bom, será que essas pessoas têm razão? Será que não? Qual é a verdade? O que diz a lei? Mas quando se está trabalhando lá, há uma aparente normalidade em tudo o que se faz.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Delegado Protógenes falou alguma vez para o senhor de ter lhe faltado o apoio da Polícia Federal e por isso ele buscou apoio na ABIN?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É, ele falava isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em que termos?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Nesses termos exatamente que o senhor colocou, que não havia o apoio que ele gostaria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Apoio material ou apoio humano?



O SR. MÁRCIO SELTZ - Ambos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito boa a pergunta de V.Exa., Deputado Domingos Dutra, que aprofundou um ponto que eu acho importante a gente explorar mais. De quem teria sido a falta desse apoio? Ele mencionou? Ele se sentia sabotado na sua atividade, ele se sentia com os recursos humanos reduzidos? Ele se sentia sem verba, sem recursos para poder fazer seu trabalho? O que ele externava para o senhor?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Era exatamente esse desconforto diante da falta de apoio pessoal, material, institucional, de uma forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí ele disse como ele resolveu, como ele conseguiu o apoio da ABIN? Ele explicou para o senhor como ele conseguiu esse apoio?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, ele nunca tocou nesse assunto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor sentiu, no período em que o senhor esteve lá, que de fato faltavam ao delegado Protógenes os meios por parte da administração da Polícia Federal?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, se nós excluirmos a participação da ABIN lá no local em que eu trabalhei, havia 7, 8 computadores, da equipe do Delegado havia talvez 4 pessoas, além dele. E era isso, era essa a estrutura que a gente tinha, uma sala com uma linha de telefone. Eu não sei se, para uma investigação desse porte, isso é muito pouco suficiente, e também não sei quais eram os apoios que a Polícia Federal estaria dando em outras frentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor esteve alguma vez lá na Polícia Federal, recebeu a visita do Dr. Renato da Porciúncula?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Durante o desenvolvimento de seus trabalhos?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Se eu recebi a visita dele? Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É. O Dr. Protógenes recebeu alguma visita lá do Dr. Renato?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não que eu tenha visto, nesse período, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor teve alguma reunião com o Dr. Renato, nesse período, na ABIN, a respeito dessa questão?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não. Para ser sincero com o senhor, nunca conversei com o Dr. Renato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor teve reunião posterior ao problema surgir de avaliação e de administração de crise...

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... dentro da própria ABIN, com sua cúpula, com seu chefe, alguém procurou explicar, avaliar esse problema que estava sendo vivido de...? Não?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor acha que deveria ter sido feito?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, a coisa... Estamos, aí, agora numa fase de transição. Talvez, mais à frente, isso seja feito. Quando tiver uma normalidade institucional, talvez até... Estava comentando com um colega (*risos*), isso talvez vire estudo de caso na nossa escola, entendeu, porque esse tipo de coisa é empregado no futuro para se estudar. Mas, até o momento, não foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu, até para... por exemplo, tive experiência no passado, até para ilustrar essa questão, de trabalhar em operações específicas, até na área onde o senhor já pontificou, e, quando se estabeleceu, vamos dizer, o intercâmbio para que houvesse a interação, o que houve foi um pedido de sessão formal, com a publicação em *Diário Oficial*, com a nomeação do servidor da ABIN num cargo em comissão para fazer esse tipo de ação. Quer dizer, parece-me que, aí, seguidos todos os formalismos devidos, com os cabeças da instituição de acordo. O senhor não acha que, vamos dizer, para esse caso específico, faltou isso e talvez seja essa a forma, vamos dizer, numa discussão, numa avaliação dessa questão, que deveria ser feita no futuro?

O SR. MÁRCIO SELTZ - É, esse é justamente o ponto que tem sido mais questionado, não é? A falta da... a não-institucionalização de um acordo formal que, em princípio, seria fácil se fazer em face do SISBIN. Tem-se muita facilidade para fazer isso hoje em dia. A ABIN, a Polícia Federal e os demais órgãos que compõem



o sistema podem trabalhar de forma muito tranqüila, com uma burocracia talvez até reduzida, e esse é o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Porque, na verdade, o SISBIN é a remontagem do antigo SNI, enquanto doutrina, enquanto doutrina.

O SR. MÁRCIO SELTZ – É, do SNI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Porque havia um Sistema Nacional de Informações, havia a chamada Agência Central, as assessorias de segurança e informações, as vias... as DSIs, Divisões de Segurança e Informações, e todas elas de todos os órgãos carreavam essas informações para o processamento de dados, para o quê? Para o Estado brasileiro. O Presidente, ali, representa o Estado brasileiro! Então, quer dizer, o senhor não presta serviço ao Presidente, o senhor presta serviço ao Estado brasileiro, naquele momento representado por um Presidente da República. Então, quer dizer, a recriação desse sistema é mais ou menos nos mesmos moldes. Por isso é que pergunto: era do interesse do Estado brasileiro, ou seja, naquilo que é atribuição da ABIN, informar ao Presidente da República o que estava se passando, esse tipo de atuação que o senhor fez nessa operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não comprehendi. Se V.Exa. quer saber se seria uma atribuição de Estado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não só uma atribuição de Estado, mas veja bem. Por exemplo, o senhor foi lá cumprir uma missão da ABIN; a ABIN tem uma missão específica, que é assessorar o Presidente da República com dados e informações.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas, ao mesmo tempo, o senhor me diz que não produziu nenhum relatório daquilo que o senhor foi fazer lá. Então, quer dizer, então, ninguém foi informado a respeito de nada!

O SR. MÁRCIO SELTZ - É verdade. Eu concordo com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Concorda com esse ponto?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ainda voltando ainda sobre o Delegado Protógenes e as dificuldades que ele tem relatado que teve. Em algum momento ele relatou ao senhor ter sido pressionado por alguma autoridade superior da Polícia Federal para desacelerar as investigações?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nessa falta de apoio?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não, não. Para desacelerar as investigações, não. Ele se queixava mais da falta de apoio mesmo, do esvaziamento do trabalho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E ele, em alguma conversa com o senhor, ele se referiu a que essa falta de apoio era uma forma de brecar um pouco as investigações? E se ele se sentia prejudicado no desempenho da sua atividade?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Ele falava mais da falta de apoio em si, não de uma possível questão política por trás.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tá. E o Daniel Dantas, ele fez alguma referência de que o Daniel Dantas teria tentado influenciar também para diminuir o impacto das investigações, direta ou indiretamente?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, ele não fez essa associação, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Delegado Protógenes, como era o comportamento dele na preservação das provas e da própria investigação? Alguma vez ele recomendou para o senhor para ter cuidado, para não deixar vazar nenhuma informação a que o senhor tivesse acesso? Ou ele deixava livre?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Ele nunca me fez essa recomendação, não. Isso é uma coisa que talvez já venha da cultura da Inteligência de ter esse cuidado para evitar os vazamentos. Mas não houve nenhuma recomendação formal nesse sentido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o contato com a imprensa nesse período em que o senhor esteve nessa operação, o Delegado Protógenes era afeito ao contato com a imprensa ou era muito cauteloso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - No período que eu estava lá, que eu presenciei, ele era muito cauteloso.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor não participou, no dia 8 de julho, da execução da operação?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, eu já tinha me desligado há um bom tempo, já.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E qual, como funcionário da ABIN, a sua opinião sobre a busca e apreensão que ocorreu? O senhor acha que foi uma medida normal ou foi algo muito forte que expõe a instituição?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso aí até o Kluwe falou alguma coisa que eu acho que faz sentido. Ele disse que isso poderia ter sido requisitado. Teria o mesmo efeito e não seria tão invasivo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor não tem informação de precedente de busca e apreensão em órgãos com a delicadeza que tem a ABIN hoje?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não tenho informação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E, na sua opinião, essa ênfase e essa medida tão forte o senhor atribui a quê? Simples rigor da lei?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não. Eu não atribuiria a ninguém especificamente. Eu acho que o Delegado tinha uma... ele fez uma requisição, o juiz autorizou ,e ele cumpriu. Talvez ele tenha interpretado que esse seria o melhor caminho, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor não acha que, na medida em que foi feito com o mesmo rigor, que o Delegado Protógenes e outros Delegados fizeram em outras operações, não houve assim um nivelamento, tanto do Delegado como da própria ABIN, em relação ao Daniel Dantas e outros investigados que tiveram medidas iguais? Não foi um tratamento igual para situações diferentes?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não entendi bem a pergunta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Houve uma busca e apreensão num órgão de segurança.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Houve uma busca e apreensão na casa do Delegado, na casa da esposa, do filho. Eu pergunto para o senhor: não foi tratar igual o Delegado Protógenes, os arquivos da ABIN, da mesma forma que se tratou um investigado que já tenha antecedentes criminais, que tem condenação, um



criminoso, um comandante do crime organizado? O senhor não acha que houve tratamento igual para situações desiguais?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim. Acho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E, na sua opinião, isso deveu-se a quê?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não sei. Não saberia responder.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Será que é pela qualidade do investigado Daniel Dantas, pelo que ele representa, pelo poder que ele possui?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso tem sido constantemente aventado, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E na sua opinião?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Eu não saberia dizer ao certo, porque nunca pensei nessa questão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só uma curiosidade. Eu estou aqui com o *habeas corpus* do depoente — e todo mundo entra com *habeas-corpus* para não falar, para não vir aqui. Só uma curiosidade, que, inclusive, é bom para nós: qual é a percepção que o senhor e outros com quem talvez o senhor converse, em relação a quando é convidado para vir a Câmara? Há um temor exacerbado, de tal forma que se busque...? Porque o que V.Sa. respondeu aqui foi bastante, e, na minha opinião, foi bem sincero, não se harmoniza com a busca no Supremo, embora seja um direito individual. A impressão que eu tenho é de que nós aqui parecemos uns carrascos que vamos empregar todo mundo. Eu gostaria só que o senhor, se puder, respondesse: qual é o temor do senhor para ter ido buscar o Supremo para não falar e para nem vir aqui?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Bom, isso aí foi até, vamos dizer assim, algo que nos foi até sugerido institucionalmente no sentido de tentar preservar a imagem. Não era no sentido de não depor ou de não responder a eventuais questões. O que eu acho é que se V.Exas. perguntarem alguma coisa que seja específica da área de inteligência, e o depoente não puder responder, haverá uma compreensão natural, creio nisso. A questão do *habeas corpus* era no sentido de que se fizesse em sessão fechada. Esse era o sentido da coisa, entendeu? Não tinha outra finalidade que não essa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Domingos, V.Exa. abordou muito bem uma questão — e eu até chamei atenção para essa questão—, quando o Delegado Lawrence aqui esteve. Na época em que eu dirigi a Inteligência do Departamento de Polícia Federal, era norma, não minha, mas uma norma corrente da administração, norma escrita, de que quem trabalha na área de inteligência não executa operações relativas a inquérito policial e nem preside inquérito policial. Então, essa anomalia que foi feita no âmbito do Departamento causou esse tipo de problema para o Departamento hoje, quando os agentes da área de inteligência do Departamento de Polícia Federal estão sujeitos a outros escrutínios, porque estão legalmente ligados a atos formais e terão de depor e ter as suas imagens expostas.

Então, traçando um paralelo, toda vez que se assume um risco de fazer algo fora dos ditames legais da própria Inteligência, atuando em substituição, em apoio, cria-se esse tipo de problema, porque hoje nós vamos ter todos esses 75 agentes que estão nominados tendo de depor na Polícia Federal, eles terão de depor na Justiça, terão de depor em vários momentos e terão, inequivocamente, sua imagem divulgada. Porque é aquela questão: ele entende que não cometeu nada ilegal, porque ele recebeu uma determinação do superior hierárquico para fazer esse tipo de operação. Mas isso não quer dizer que não seja ilegal.

É igual a muitos mandados de interceptação telefônica que nós já encontramos por aqui. Revestidos de uma capa de legalidade, atos formalmente praticados são ilegais, com prazos superiores àqueles admitidos pela lei, como o prazo inicial, como juízes que não têm atribuição nem competência fazendo, por exemplo, a determinação de quebra de sigilo telefônico. Então, às vezes, revestidos sob uma capa de legalidade, nós somos levados a praticar um ato incorreto, indevido e, às vezes, até mesmo um ato ilegal.

Então, eu acho que ficou bem claro para nós que, no decorrer desse trabalho, uma evolução de dados foi feita. Eu lhe digo com a maior tranqüilidade: eu vi no dia que o General Félix veio depor aqui o seu grande constrangimento, o constrangimento de quem estava enganado no processo, desinformado do processo, foi informado a *posteriori*, porque eu não acredito que ele levasse a uma aventura — não é? —, porque os fins não podem de justificar os meios.



Eu acho que o Dr. Seltz disse aqui com bastante clareza, com bastante tranqüilidade, com bastante espontaneidade e verdade todos os fatos que ele praticou, que é o que esperamos de um oficial da área de inteligência que entrou nos quadros, por mérito, por concurso público e hoje integra uma corporação que é necessária para o Brasil, mas que não pode ser levada a cometer esse tipo de ato que prejudica a imagem da organização, prejudica os agentes envolvidos, criando essa exposição, que não é desnecessária, é uma exposição necessária, na qual nós não os colocamos; alguém os colocou, para que hoje eles aqui estivessem respondendo a uma inquirição legítima de todos nós, Deputados.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só a última pergunta: o depoente informou que foi orientado institucionalmente a buscar o Supremo. Eu pergunto ao senhor: quem da instituição orientou o senhor, se o advogado que patrocinou a causa é da instituição e, não sendo, se os honorários foram pagos pelo senhor ou pela própria instituição.

O SR. MÁRCIO SELTZ - A orientação, mais uma sugestão, foi da área jurídica, e não houve advogado, porque o HC dispensa o advogado. Então, não houve advogado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Foi preparado por V.Sa.?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Oi?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O *habeas corpus* foi preparado por V.Sa.?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não. Eu o recebi, já pronto, da área jurídica.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ah, o senhor só assinou?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Da área jurídica da própria Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Sim. Eu recebi deles. Agora, eu não sei se foram eles ou se foi a AGU. Não sei quem foi que redigiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O que acho muito correto, muito justo e é um direito de V.Sa.



Mais algum questionamento?

Eu tenho apenas mais uma pergunta que ficou na minha cabeça, que é saber o seguinte: o senhor teve acesso a algum outro dado de interceptação telefônica que não fosse esse dos jornalistas?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, esse era dos investigados. Não era de jornalistas — é importante caracterizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas os investigados falavam com jornalistas, não é isso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Falavam a respeito da imprensa, entendeu? Era essa a questão. Fora esse e fora os *e-mails*, nada mais. Nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor se recorda dos investigados com quem o senhor teve acesso ao diálogo?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Alguns, não todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas quais? O senhor se lembra de alguns? Pode citar aqui alguns?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Teria de ser preservado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Reservado? Mas eu acho que não há necessidade. Eu gostaria de saber o seguinte: esse *pen drive*, o senhor recebeu de quem? Não sei se essa resposta já foi respondida. Quem lhe entregou esse *pen drive* com essas...

O SR. MÁRCIO SELTZ - As informações no *pen drive*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É.

O SR. MÁRCIO SELTZ - O Delegado Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Delegado Protógenes entregou ao senhor o *pen drive*? E o senhor entregou esse *pen drive* ao Dr. Campana ou ao Dr. Paulo Lacerda, é isso?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Não, não. Uma cópia do arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah! Uma cópia do arquivo integral?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Para o Dr. Paulo Lacerda?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Isso, isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o Dr. Campana estava presente?

O SR. MÁRCIO SELTZ - Estava, mas ele não recebeu cópia, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem não recebeu cópia?

O SR. MÁRCIO SELTZ - O Dr. Campana não recebeu cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah! Não recebeu cópia?

Só o Dr. Paulo Lacerda? Está ótimo.

Eu agradeço muito a V.Sa. a presença. Eu acho que o seu depoimento foi de suma importância, e não só para revelar como a Agência Brasileira de Inteligência possui quadros preparados, quadros dignos, que exercem seu mister e sua função com muita correção. Esta CPI tem de agradecer muito a V.Sa. a contribuição feita neste ato e neste momento, inclusive, desmentindo algumas inverdades que aqui foram ditas por superiores hierárquicos seus e preenchendo algumas omissões que também esses superiores hierárquicos não assumiram como suas responsabilidades, colocando em risco a Agência e seus servidores.

Muito obrigado pela presença. V.Sa. está dispensado.

O SR. MÁRCIO SELTZ - Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, Sr. Presidente, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Fruet, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado. É só uma sugestão. O Relator retorna na próxima semana, oportunidade para conversar sobre os dados que estão sob confidencialidade ou reservados na CPI. Há alguns dados que, entendo, também não dizem respeito ao resultado final do trabalho e que merecem ser preservados. Mas há uma informação muito importante que diz respeito a auditoria.

Tivemos oportunidade de dialogar aqui sobre o grau de excepcionalidade, inclusive na decisão tomada ontem.



A sugestão é que, antes de se abrir, de haver esse diálogo com o Relator, além disso, se possível, para uma reunião informal ou, na CPI, em caráter reservado, convidar o oficial responsável pela equipe que fez a auditoria, ou a CPI designar um outro técnico, para que se possa entender determinados detalhes que constam naquela auditoria e que são importantes para as afirmações e os encaminhamentos a serem feitos no trabalho final da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço a V.Exa. a sugestão e vou pedir a V.Exa. a paciência de aguardar o retorno do Relator para que façamos essa reunião e façamos os devidos encaminhamentos. Mas, desde já, parecem-me pertinentes e deverão ser prontamente aceitos por todos nós por serem necessários, inclusive, ao andamento desta CPI.

Vou deixar designado para a próxima terça-feira o depoimento que estava agendado para hoje — terça-feira da semana que vem, quando nosso Relator já estará de volta. Além disso, solicito ao nosso Secretário da CPI que faça contato para, quarta-feira, termos alguns juristas aqui presentes, para que possamos discutir a questão da legalidade, a questão da legislação que teremos de preparar. E vou preparar com ele o rol de alguns juristas, que, se aceitarem nosso convite, aqui estarão e poderão expor sugestões quanto à Lei de Interceptações. Se V.Exas. estiverem de acordo, assim irei proceder. (*Pausa.*)

Então, nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 2 de dezembro, às 14h30min, no Plenário 9 do Anexo II, para a tomada de depoimento do Sr. José Ribamar Reis Guimarães e deliberação de requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.